

## O MODELO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VIA POLÍTICAS PÚBLICAS DO PAÍS NO GOVERNO VIGENTE: ESTUDO DE CASO PRONATEC

Laura Oliveira Alberti

### RESUMO

A temática deste estudo refere-se à relação entre políticas públicas, educação e trabalho, especificamente, a produção atual das políticas públicas de qualificação profissional do país no governo de Dilma Rousseff (2011-2015). O objetivo proposto é investigar em que medida o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego modalidade Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM) possibilita a “democratização” do saber e a inserção de seus beneficiários no mercado de trabalho, a partir da vivência dos egressos desta política. Busca-se entender a construção basilar da qualificação profissional nacional, a partir de um compêndio histórico busca-se questionar sobre a inserção de trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho no Brasil, de necessidade de adequação da qualificação profissional dos trabalhadores usuários desta política pública. O intuito geral é compreender transformações no âmbito do trabalho em intercâmbio à construção da política PRONATEC/BSM, de que maneira tal relação é estabelecida ao visar suprir o imperativo das empresas e do mercado? Para tal, delimitou-se como estudo de campo através do guia específico PRONATEC/BSM na cidade de Santos Dumont, em Minas Gerais. Quanto à técnica de pesquisa propõe-se um estudo de caso do programa nesta cidade.

**Palavras-chave:** Qualificação Profissional. Educação. Trabalho. Políticas Públicas. Empregabilidade.

## O MODELO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VIA POLÍTICAS PÚBLICAS DO PAÍS NO GOVERNO VIGENTE: ESTUDO DE CASO PRONATEC

### 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é tratar a discussão do conceito de qualificação profissional em um contexto político, social e econômico no Brasil, no governo de Dilma Rousseff, com o intuito de desenvolver os limites que essa política coloca para o público atendido – Brasil Sem Miséria, cadastrado no Cad Único<sup>1</sup>, para isso, é necessário uma breve explanação de como funciona essa política pública de qualificação profissional, como foi produzida e de que maneira este programa se coloca na realidade dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros(as). Desta forma, objetivo dessa dissertação não é precisamente a avaliação ou demonstrar a operacionalização da política pública de qualificação profissional no governo de Dilma Rousseff (2011-2015), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM).

Assim, a partir destes limites que são impostos pela realidade do público atendido (explorado na nota de rodapé 1), com o intuito de perceber a construção da trajetória dos sujeitos no que concerne o mundo do trabalho e suas vivências e experiências de vida, especificamente em relação ao mercado de trabalho e o acesso ou não acesso a determinadas possibilidades reais, realizou-se a delimitação do campo de pesquisa. Em um recorte temporal na promoção da política pública Pronatec/BSM entre os anos de 2014 a 2016, em uma determinada localidade, na cidade de Santos Dumont, Minas Gerais.

Assim, a pretensão aqui inscrita é compreender o caminho entre a intenção da política pública até a vivência no mercado de trabalho para a trabalhadora e o trabalhador atendido pela política, para tal feito é necessário contextualizar o que é o Pronatec? Como essa política foi desenvolvida? Quais as especificidades do Pronatec/BSM? Qual o público atendido? Como são divididas as atividades na promoção do programa no âmbito nacional até a unidade de atendimento na cidade selecionada deste estudo, Pronatec/BSM Santos Dumont em Minas Gerais.

---

1 “O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Suas informações são regulamentadas pelo Decreto nº 6.135/07, pelas Portarias nº 177, de 16 de junho de 2011, e nº 274, de 10 de outubro de 2011, e Instruções Normativas nº 1 e nº 2, de 26 de agosto de 2011, e as Instruções Normativas nº 3 e nº 4, de 14 de outubro de 2011, e podem também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais. Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo” Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 26 de Maio de 2014.

## 2 O QUE É O PRONATEC?

De acordo com os órgãos oficiais o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é uma política pública de qualificação profissional criada em 2011, pelo

Governo Federal através da Lei 11.513/2011 com os seguintes objetivos: “**expandir, interiorizar e democratizar** a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público” (CARTILHA DO PRONATEC, 2013) desmembrado nos aspectos que seguem:

(i) **Expandir, interiorizar e democratizar** a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio e de cursos e programas de Formação Inicial e Continuada (FIC) de trabalhadores; (ii) **Fomentar e apoiar** a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica; (iii) **Contribuir** para a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público, por meio da Educação Profissional; e (iv) **Ampliar as oportunidades** educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional (BRASIL. Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011).

De acordo com os parâmetros supracitados, questiona-se a relação à qual é produzida estes saberes inseridos no processo de construção da política Pronatec, tais processos estão demarcados como um treinamento da mão-de-obra industrial e tecnológica faltante no mercado de trabalho brasileiro (MACHADO&GARCIA, 2013) e contém um caráter ideológico em sua concepção.

De que forma se estrutura o conceito de qualificação profissional no Pronatec? Essa pergunta fará parte de todo o trabalho aqui realizado e será o eixo de conexão que perpassa este estudo, entre educação e trabalho o qual será desenvolvido no próximo capítulo. A partir da interface entre educação, trabalho e políticas públicas, proponho nesta dissertação expor as contradições sociais da realidade econômico-social do modo de produção capitalista, por meio da análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), especificamente, seu guia Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM) vinculado aos ministérios de Educação, Desenvolvimento Social e Ministério do Trabalho.

Este programa busca expandir através da qualificação profissional por meio de uma série de cursos, com o intuito de construir oportunidades educacionais e de formação profissional na qualificação de jovens – trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda Programa Bolsa Família (PBF) ou Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os cursos ofertados são financiados pelo Estado, e promovidos de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S<sup>2</sup>, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR. Conforme informado nos órgãos oficiais a partir de 2013, as instituições privadas, em conformidade com as normas federais foram habilitadas pelo Ministério da Educação e com isso, galgaram o direito de ser ofertantes dos cursos do Programa.

De acordo com a lei de 26 de Outubro de 2011 – Nº 12.513 que sanciona o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o qual no artigo 4º determina que o programa seja produzido com os seguintes princípios:

“I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação

---

2 Sobre o Sistema S. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST).

profissional; III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem; IV - oferta de bolsaformação, nas modalidades: a) Bolsa-Formação Estudante; e b) Bolsa-Formação Trabalhador;<sup>3</sup> V - financiamento da educação profissional e tecnológica; VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância; VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa; VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego. X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, nos termos da Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013)” (BRASIL. Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011).

Identificamos diversas modalidades dentre as normas estabelecidas pelo Pronatec: Pronatec Bolsa-Formação Estudante (Ministério da Educação), Bolsa-Formação Trabalhador (Ministério da Educação), Pronatec Copa do Mundo (Ministério do Turismo); Pronatec Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação), Pronatec Brasil Maior (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Pronatec Seguro Desemprego (Ministério do Trabalho e Emprego), Pronatec Jovem Aprendiz (Ministério do Trabalho e Emprego), Pronatec Campo (Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário), Pronatec Mulheres Mil (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e, finalmente, Pronatec Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)<sup>4</sup>.

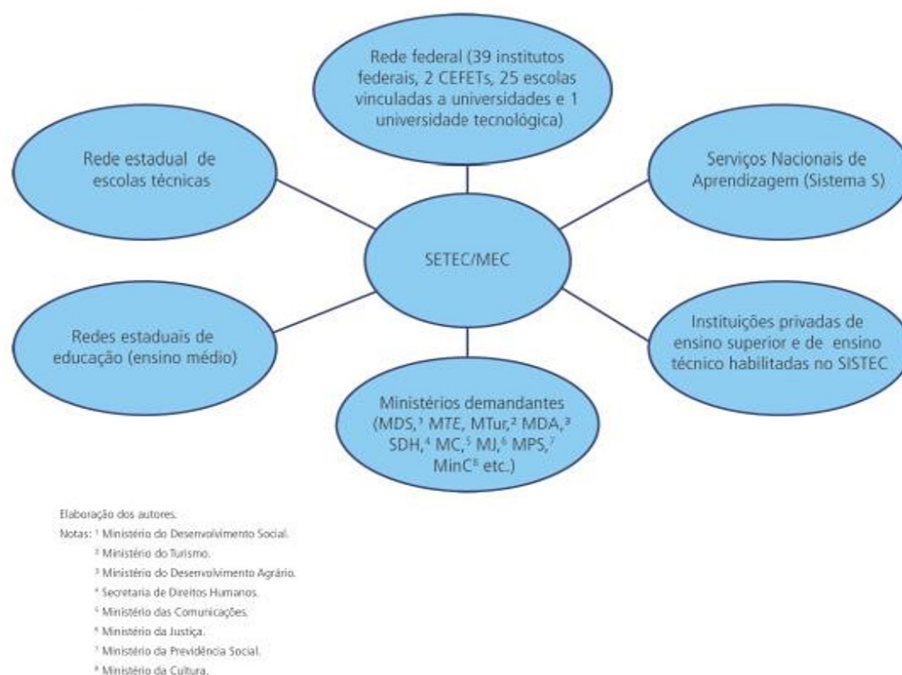
Para melhor visualizar os atores envolvidos na produção desta política pública, Cassiolato e Garcia (2014) elaboraram a figura a seguir:

---

3 Conforme apresentado por Cassiolato e Garcia (2014) sobre a Bolsa-Formação “Há dois tipos de BolsaFormação: a Estudante e a Trabalhador. Na Bolsa-Formação Estudante, cursos técnicos com carga horária igual ou superior a 800 horas são destinados a alunos regularmente matriculados no ensino médio público propedêutico, para a formação profissional técnica de nível médio, na modalidade concomitante. Já a BolsaFormação Trabalhador oferece cursos de qualificação a pessoas em vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis. Em ambos os casos, os beneficiários têm direito a cursos gratuitos, alimentação, transporte e material didático-instrucional necessário. A Bolsa-Formação é uma iniciativa que visa possibilitar o acesso a cursos presenciais, a serem realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de EPT e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem integrantes do Sistema S [...] Assim, na vertente Trabalhador, é promovida a oferta de cursos de FIC, também conhecidos como cursos de qualificação, com duração mínima de 160 horas. Para organizar a oferta dos cursos FIC, o MEC elaborou um guia que, na versão atual, conta 518 opções de cursos, distribuídos em treze eixos tecnológicos (box 4).O guia PRONATEC de cursos FIC é atualizado periodicamente e serve como instrumento organizador da oferta de cursos, contribuindo para a consolidação de uma política que tem como objetivo principal aproximar o mundo do trabalho do universo da educação” (CASSIOLATO E GARCIA, IPEA, 2014, p. 36).

4 Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extremapobreza%20/inclusao-productiva-urbana/pronatec>>. Acesso em: 6 de mar de 2015.

**Figura 1** – Instituições e atores envolvidos na execução do PRONATEC.



**Fonte:** CASSIOLATO, Maria. GARCIA, Ronaldo. **Pronatec:** múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação Profissional. Estudo IPEA, 2014, Brasília, DF.

O Pronatec/BSM é desenvolvido pelo Governo Federal, por meio da parceria do Ministério da Educação/MEC com o Ministério de Desenvolvimento Social/MDS sendo responsáveis por quatro modalidades do Pronatec: o Pronatec Brasil sem Miséria, o Pronatec Mulheres Mil, o Pronatec Sistema Socioeducativo Aberto e o Pronatec Vira Vida. Conforme exposto no documento oficial abaixo:

Uma das principais ações de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). Criado pela Lei nº 12.513/2011, essa parceria prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no Cad Único, na modalidade intitulada Bolsa-Formação Trabalhador, sob a forma de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Essa oferta de cursos chama-se Pronatec Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM) (CARTILHA DO PRONATEC, 2013).

O público delimitado nesta política pública são indivíduos cadastradas no sistema Cad Único com idade a partir de 16 anos. Dentre esses, possui prioridade os(as) cadastrados(as) em situação de extrema pobreza (com renda familiar per capita de até R\$70) e os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Assim essa pesquisa delimita como universo o público atendido pelo Pronatec/BSM, sujeitos nos quais podem pleitear essa modalidade da política de qualificação profissional, e estão classificados por possuir renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos e que, tenham realizado os cursos de qualificação profissional do Pronatec/BSM na cidade de Santos Dumont, Minas Gerais.



### 3 O QUE É O PRONATEC/BSM?

Conforme o documento oficial “O Pronatec/BSM dedica atenção especial aos grupos mais expostos aos riscos da extrema pobreza, como as pessoas com deficiência, jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, catadores de material reciclável, índios e comunidades tradicionais” (CARTILHA DO PRONATEC, 2013). Não há restrições quanto ao número de membros da família inscrita no Cad Único e que poderá pleitear uma vaga do Pronatec/BSM contando as vagas ofertadas em cada região.

Conforme apresentado na Cartilha do Pronatec (2013) “o Pronatec/BSM é estímulo ao retorno ao sistema educacional de pessoas há muito distantes das salas de aula e que necessitam de qualificação profissional para elevar suas chances de inclusão produtiva ou melhorar sua condição de inserção no mundo do trabalho” (p. 7). O que significa que o programa se constitui a partir da lógica produtiva do mercado, não formulado para ampliação de conhecimentos e saberes entre os trabalhadores, e a possíveis trocas de experiências entre os sujeitos.

Os cursos a serem ofertados no âmbito do Pronatec/BSM, especificados no guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), devem ser adequados a pessoas com baixa escolaridade. É importante atentar que a escolaridade é informada pelo beneficiário (autodeclarada), não podendo a instituição ofertante exigir comprovante de escolaridade. Convém esclarecer que beneficiários do PBF ou inscritos no Cad Único que tenham ou estejam cursando o ensino médio também podem participar dos cursos FIC (CARTILHA DO PRONATEC, 2013, p. 7).

O funcionamento do Pronatec/BSM foi operacionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento em 09 etapas: 1. Habilitação das Prefeituras; 2. Negociação de cursos; 3. Mobilização dos beneficiários; 4. Pré-matrícula; 5. Matrícula; 6. Aula inaugural; 7. Acompanhamento dos beneficiários; 8. Articulação com políticas públicas de trabalho e emprego; e finalmente, 9. Atividade de formatura.

De acordo com documento oficial, as funções atribuídas ao interlocutor estadual do Pronatec/BSM estão descritas da seguinte forma:

O Governo Estadual será o interlocutor do PRONATEC/BSM junto ao MDS no âmbito de sua Unidade Federativa, articulando e mobilizando os municípios, apoiando-os na interlocução com as Unidades Ofertantes e na identificação das vocações econômicas locais, assim como monitorando a execução do Pronatec/BSM em sua jurisdição. A administração estadual poderá indicar interlocutor junto ao MDS, preferencialmente do quadro da Secretaria Estadual de Assistência Social, para tratar da implantação e execução do Pronatec/BSM no Estado (CARTILHA DO PRONATEC, 2013, p. 13).

Todos os municípios do território nacional podem aderir ao Pronatec/BSM. Contudo, tal adesão não implica a oferta automática de cursos e vagas, a política pública será efetivada nos municípios através da pactuação de cursos e vagas conseguida entre o município e as Unidades Ofertantes: os Serviços Nacionais de Aprendizagem Profissional (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR); os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) e as Redes Estaduais de Educação Técnica que fizerem a adesão ao Pronatec.

Os cursos que poderão ser ofertados em cada localidade são definidos em conjunto, entre a Prefeitura e as Instituições Ofertantes, com o suporte do Governo do Estado, sempre considerando as demandas do mercado de trabalho de cada município; este processo da definição conjunta dos cursos é denominado como etapa de negociação.

Nessa etapa, o órgão municipal responsável pela gestão do Pronatec/BSM avaliará a demanda do mercado de trabalho local e o perfil socioeconômico da população inscrita no Cad

Único. É relevante também a interlocução entre as secretarias estaduais e municipais de planejamento e desenvolvimento econômico, universidades e outros órgãos de pesquisa, a secretaria municipal de educação, a secretaria municipal de trabalho e os coordenadores estaduais e/ou municipais do SINE. Assim como, deverá ser incentivada a participação do empresariado, dos sindicatos e, caso haja também as comissões municipais de emprego.

Baseado no processo descrito e levantado as informações, cabe à Prefeitura formular sua proposta de demanda e negociar com as unidades ofertantes, cursos ajustados aos critérios de implementação da política, ou seja, adequados ao mercado de trabalho local e às especificidades das pessoas inscritas no Cad Único. Como entidade do processo, o município deverá negociar cursos adequados ao público-alvo e à vocação econômica local (CARTILHA DO PRONATEC, 2013).

#### 4 QUAL O PÚBLICO ATENDIDO PELO PRONATEC/ BSM?

De acordo com estudo realizado sobre o Pronatec/BSM nacional – Estudo qualitativo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do Pronatec-Brasil Sem Miséria (BSM) – encomendada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS/SAGI). Em que pese o programa seja recente o Programa Pronatec/BSM alcançou números consideráveis em termos de escala e de capilaridade territorial.

Desde sua criação até início do ano de 2014 foi realizado no total 1.028.270 matrículas. A respeito da pesquisa de campo encomendada pelo MDS/SAGI no ano de 2013 foi realizado 575.847 matrículas em 2.395 municípios.

No que concerne à divisão territorial “a região Nordeste respondeu por 37% das matrículas, seguida pelas regiões Sudeste (23%), Sul (19%), Centro-Oeste (11%) e Norte (10%)” (SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 2014, p. 1).

Conforme a pesquisa aponta, boa parte das matrículas ocorreu em municípios de grande porte (36%) ou metrópoles (10%), referente aos municípios de pequeno porte responderam por 36% das mesmas, e os de médio porte, por 17%.

No que se refere aos cursos ofertados, houve destaque para cursos de auxiliar administrativo (11,7% das matrículas) e operador de computador (7,7%). Os demais cursos, especializados, tais como: eletricitista instalador predial de baixa tensão (3,7%); cuidador de idoso (1,7%); costureiro industrial (1,8%); eletricitista industrial (1,3%); e, soldador de eletrodo revestido (1%) igualmente abarca o leque de modalidades ofertadas. Referente aos possíveis promotores dos cursos, o “sistema S” é o principal ofertante, com destaque para o SENAI (39%), o SENAC (33%) o SENAR (17%) e o SENAT (6%). (PESQUISA MDS/SAGI, p. 2). Referente à avaliação do programa, a pesquisa realizada elencou três perfis recorrente de alunos(as) atendidos(as):

- Jovens, em fase de conclusão do Ensino Médio, em geral da franja superior do Cad Único (ou seja, melhor renda neste perfil);
- Mulheres mais velhas com filhos em idade escolar, em geral da menor franja do Cad Único, e com maior índice de desistência;
- Homens mais velhos, geralmente chefes de família, que acessam o programa por diferentes razões, estão classificados como lugar intermediário da franja do Cad Único.

A partir do perfil acima elencado em pesquisa de âmbito nacional, encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento (MDS), tomamos como referência os perfis encontrados e partimos para análise do campo selecionado nesta pesquisa. Desta forma, a próxima etapa apresentada faz referência a cidade de Santos Dumont, Minas Gerais. No que se refere às especificidades do campo, é importante mapear a cidade de Santos Dumont e o contexto histórico dos polos de

trabalho na cidade. Além disso, seu perfil demográfico e de que forma se organiza o Pronatec/BSM nesta localidade, elencando os atores e gestores municipais para produção da política pública e também, a interlocução entre estes atores, bem como a produção da política destacada no que se refere às cidades circunscritas, o modo pelo qual se organiza os aspectos espaciais, políticos, sociais e econômicos.

## 5 DE QUE FORMA SE ORGANIZA O PRONATEC/BSM NA CIDADE DE SANTOS DUMONT?

A cidade de Santos Dumont fica localizada na Zona da Mata Mineira, região oeste do estado de Minas Gerais, aproximadamente a 43 quilômetros de Juiz de Fora<sup>5</sup>, um dos polos industriais pioneiros no estado, conforme a figura abaixo<sup>6</sup>. Santos Dumont tem aproximadamente 47.244 habitantes de acordo com o IBGE/2009, O IDH de 0,766 (PNUD/2000) e um PIB per capita de R\$ 8.100,00 (IBGE/2006). Comparativamente a capital do Estado Belo Horizonte tem aproximadamente 2.479.175 habitantes de acordo com o IBGE/2013, O IDH de 0,810 (PNUD/2010) e um PIB per capita de R\$ 23.053, 07 (IBGE/2011).

Figura 2 – Zona da mata mineira.



Fonte: IBGE.

Já foi realizada a primeira abordagem de campo e produzida um total de dez entrevistas com atores do poder local, entre eles: a) Diretor de uma das unidades do SENAI em Juiz de Fora; b) Coordenadora do Núcleo de Emprego, Trabalho e Renda responsável pelo PRONATEC em Juiz de Fora; c) Pedagoga responsável por uma unidade SENAI na fábrica da Mercedes-Bens; d) Grupo Focal com os alunos(as) do PRONATEC/BSM cidade de Santos Dumont/MG; e) Coordenadora do CRAS bairro Quarto Depósito na cidade de Santos Dumont/MG;

5 Juiz de Fora está localizada na Zona da Mata Mineira, formada como um dos polos industriais pioneiros em Minas Gerais, a cidade é referência em saúde e educação, possui um excelente PIB per capita, baixo índice de criminalidade, alta expectativa de vida com um dos melhores índices de qualidade, e é considerado um dos melhores municípios para se trabalhar no Brasil. Com mais de 550 mil habitantes, o município está localizado em posição estratégica entre os maiores mercados consumidores do País (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo), e tem toda a infraestrutura exigida para modernos empreendimentos, estando entre as 100 cidades brasileiras com as melhores condições para investimentos. Os principais setores econômicos de Juiz de Fora são os serviços e a indústria, destacando a fabricação de alimentos e bebidas, produtos têxteis, artigos de vestuário, mobiliário, metalurgia, montagem de veículos entre outros. Disponível em: <<http://www.jfminas.com.br/portal/a-cidade/juiz-de-fora>>. Acesso em: 10 Abril de 2015.

6 Disponível em: <<http://www.checkupnet.com.br/noticias/noticia.php?id=424>>. Acesso em: 10 Abril de 2015.



f) Administrador responsável pelo IFET (Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais) que recebe alunos(as) do PRONATEC/BSM na cidade de Santos Dumont – bairro Quarto Depósito; g) Secretário de Desenvolvimento Social e Combate as Drogas, secretaria responsável pela gestão do PRONATEC/BSM em Santos Dumont (com áudio); h) Recursos Humanos da prefeitura de Santos Dumont; i) Coordenadores do CREAS na cidade de Santos Dumont; j) Professor contratado do SENAI unidade remota do PRONATEC/BSM em Santos Dumont.

A pesquisa atualmente está em fase de produção dos primeiros apontamentos sobre o Pronatec/BSM, a escolha do campo o qual eu apresento a cidade de Santos Dumont/MG, e análise documental produzida até o momento por outros pesquisadores sobre o Pronatec. Há algumas análises de pesquisas que se propuseram a refletir sobre o Pronatec dentre elas artigos, dissertações, cadernos de estudos organizados pelo governo federal, etc. De acordo com Santos e Rodrigues (2012) o Pronatec se constitui por um complexo de ações que buscam ampliar as vagas da Educação Profissional Tecnológica nacional, o autor aponta que a educação profissional tecnológica tem recebido ênfase na agenda nacional, assim, a questão da qualificação dos trabalhadores passa a ter relevância para acompanhar o processo de expansão econômica.

Já o autor Marcelo Lima (2012) buscar compreender possíveis antecipações na análise do Pronatec, a partir dos efeitos no estado do Espírito Santo, no que se refere às mudanças na educação profissional da rede pública (federal e estadual) com a finalidade de assinalar as prováveis tendências mercantis e ideológicas de uma “nova” política para Educação Profissional no país. O autor passa a analisar como o governo vigente “pseudocria” direitos empurrando a EP para um processo de mercantilização que pode fortalecer o papel do “Sistema S” na oferta de Ensino Técnico (ET) com reforço na modalidade concomitante, havendo hegemonia do subsequente em detrimento do verdadeiro integrado” (p.74). Um dos pontos chave na discussão proposta pelo autor é o processo de mercantilização da Educação Profissional via mudanças nas diretrizes que, de maneira estratégica, alteram a PNE, as Diretrizes para o Ensino Médio e, também, para a Educação Profissional, conseqüentemente, encontradas na formulação do Pronatec, o autor aponta que “Tal processo não se contradita com o produtivismo, mas o inclui, “pseudocriando” o direito à educação, escondendo a formação para o mercado para, no final das contas, criar o mercado da formação”. Quanto às considerações gerais a respeito do processo de pesquisa, não é possível, ainda conclusões generalizadas sobre o Pronatec/BSM visto que as análises das entrevistas estão sendo realizadas e, além disso, o programa continua em funcionamento no atual estágio do governo federal, mesmo que com alguns cortes de verbas conforme reportagem da Folha de São Paulo<sup>7</sup>.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo Federal. Plano Nacional de Política para as Mulheres, 2013. Disponível em: <<http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres2013>>. Acesso em: 06 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_. PRONATEC Brasil Sem Miséria, 2013. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/brasilemmiseria/arquivos/Pronatec\\_BSM\\_nova\\_04.2013.pdf](http://www.mds.gov.br/brasilemmiseria/arquivos/Pronatec_BSM_nova_04.2013.pdf)>. Acesso em: 06 de abril de 2015.

7 Folha de São Paulo, 25 de maio de 2015. **Instituições do Pronatec relatam corte de ao menos 50% nas vagas.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/05/1633225-instituicoes-do-pronatecrelatam-corte-de-ao-menos-50-nas-vagas.shtml>>. Acesso em: 27 de maio de 2015.

BRASIL. Guia do PRONATEC, 2012. Portal PRONATEC, Ministério da Educação. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/fic/>>. Acesso em: 28 de setembro de 2013.

BRASIL, MDS. Cartilha do Pronatec – Brasil sem Miséria, 2013. Disponível em: <<http://www.brasilemmiseria.gov.br/documentos/cartilha-pronatec-bsm-v.2012.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

BRASIL. Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/10487328/lei-12513-11>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

CASSIOLATO, Maria. GARCIA, Ronaldo. Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação Profissional. Estudo IPEA, 2014, Brasília, DF.

LIMA, Marcelo. Problemas da Educação Profissional do Governo Dilma: Pronatec PNE e DCNEMs. Revista Trabalho e Educação, UFMG, v. 21, n.2, p. 73-91, mai./ago. 2012.

MACHADO, M. GARCIA, L. Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Vol. 1, nº 1, 2013.

ROMBACH, Melina. Qualificação de Mulheres de baixa renda\_ Uma política feminista Reflexões a partir do Pronatec-BSM. Dissertação, FGV, 2014, SP.

SANTOS, M. RODRIGUES, R. Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do Pronatec. #Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.1, n.2, 2012.

WIIK, F. AMÂNCIO, J. CAETANO, P. Estudo qualitativo junto a alunos egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do PronatecBrasil Sem Miséria (BSM). Pesquisa Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/SAGI, MDS, 2014. Brasília, DF.